



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 22 DE DEZEMBRO DE 1997

Meu caro Ministro Raul Jungmann; Senhores Ministros; Senhor Presidente do Incra, Dr. Milton Seligman; Senhores e Senhoras Deputados; Senhor Edvaldo Barros, que acaba de receber o título do seu assentamento; Senhoras e Senhores em geral,

O Ministro Raul Jungmann tem uma dupla característica. Primeiro, ele sabe falar, expõe com firmeza e com entusiasmo. Mas, mais importante do que isso, ele faz, faz acontecer.

Pela terceira vez, depois que assumi o Governo, nós temos uma cerimônia semelhante a esta, com a relação das pessoas que obtiveram seus títulos de posse, seu certificado, para poderem utilizar as suas terras, seus assentamentos.

E, hoje, temos aqui, para nossa alegria, essa família simpática, esse rapaz que está aí, tentando ler, desesperadamente – em pouco tempo, vai aprender sozinho. Isso mostra que, realmente, nós estamos avançando no programa de reforma agrária, como já disse o Ministro e eu não preciso repetir, como nunca aconteceu na história deste país.

E isso me alegra. Alegra-me porque o Ministro mencionou um fato que eu já havia até esquecido: lá pelos idos dos anos 50 e qualquer coisa, fui membro da primeira Comissão de Reforma Agrária que houve, em São Paulo, e que foi frustrada – no tempo do Governador Carvalho Pinto, eu representava a USP –, e foi frustrada por uma manobra legislativa.

Então, a preocupação pessoal, minha, com a reforma agrária é muito antiga. Além de projetos apresentados no Congresso, agora temos a possibilidade de ver que o processo está em marcha, com as dificuldades, com os conflitos de opinião, com a politização de tudo o que acontece no Brasil, neste momento; com, naturalmente, pessoas que não acreditam na realidade.

Enfim, o fato é que é assim mesmo que as coisas avançam. E nada avança, numa sociedade democrática, de forma absolutamente, digamos, retilínea. Há sempre ziguezagues, há sempre discórdia. Isso é o fato positivo de um país que, dentro da democracia, consegue avançar. E está avançando tanto que, efetivamente, nós estamos superando as metas que nos havíamos proposto.

O Ministro Jungmann disse, com toda a propriedade, que a questão relativa ao latifúndio, hoje, está em vias de extinção como poder político. E é verdade. Aqui estão deputados e deputadas que sabem disso. Hoje, o poder do dono da terra não é mais o que foi no passado, que era um poder para imobilizar, era um poder para impedir o avanço. Ele tinha poder para isso. Não mais.

Hoje, na verdade, a sociedade toda percebe que é preciso democratizar o acesso à terra, mas, o que é mais importante, percebe, como também ressaltou o Ministro, que a terra – embora seja, naturalmente, necessário um grande esforço de continuidade nesses mecanismos de desapropriação, etc. – talvez não seja sequer, hoje, o principal para o bem-estar da população que necessita de terra. Nós precisamos de mais do que terra. Nós precisamos de educação, de assistência médica, de capacidade produtiva e de um modelo de operação da pequena unidade familiar que funcione, porque não adianta nada ter um pedaço de terra e não se ser capaz, depois – pela falta dos outros componentes que levam uma agricultura familiar a prosperar –, de, efetivamente, ver as

famílias produzindo e tendo o seu sustento assegurado de maneira tranqüila. E mais: há a compreensão de que, realmente, já não é só a questão da terra, mas é, muito mais do que isso, a questão do Governo, do Estado, que está em jogo. É muito importante. E é paradoxal: os que mais gritam a favor da reforma agrária são os que mais criam obstáculo, aqui, para que o Estado se reforme. Dificultam a ação do Governo, impedem, muitas vezes, que se vá mais depressa e não percebem que estão fazendo alguma coisa contra o propósito deles próprios.

Isso é que deixa, às vezes, a gente um pouquinho desapontado. Por que, meu Deus do céu, por que não trabalhar juntos? Vamos aproveitar esse Natal, esse fim de ano e, mais uma vez, fazer um apelo. Em vez de fazer manifestações à vontade, em vez de, simplesmente, ficar contra, de vez em quando é bom ficar a favor do povo, ajudar a que as coisas avancem. Criticar, etc., mas ajudar que as coisas avancem e que nós possamos, efetivamente, num ambiente de concórdia, no que diz respeito a essas matérias, progredir e avançar mais.

Temos avançado muitíssimo. Veja a história do Edvaldo, que acabou de receber aqui o seu título. Ele é do Paraná, mas depois foi para Paracatu, creio, para Minas. Trabalhava no sindicato. E hoje está assentado, está num assentamento que tem o nome do Betinho.

É muito interessante ver como se dão esses processos no Brasil. Mobilidade de mão-de-obra, luta no sindicato: acaba obtendo um pedaço de terra. O assentamento tem o nome de alguém que deixou sua vida como um exemplo de luta pela solidariedade. E o País percebe isso, avança e consegue, portanto, absorver esses núcleos de pressão e de necessidade, para que nós possamos ser, realmente, uma sociedade mais democrática.

O Raul expôs de maneira muito conseqüente tudo o que foi feito. Não vou repetir. Eu mesmo, ao ler o relatório, fiquei impressionado de ver quanto avanço houve nessa área.

Mas eu queria aproveitar a oportunidade para fazer um agradecimento muito especial. Eu queria agradecer, primeiro, ao Ministro, porque, realmente, ele se houve da melhor maneira possível. E, no início, com muita dificuldade: havia escassez de meios jurídicos para avançar,

escassez de conhecimento, realmente, do ponto de vista do Governo, de qual seria o melhor caminho para avançar. O Ministério tem sido criativo, tem inovado, tem proposto sempre alguma coisa que vai para diante. Eu agradeço ao Ministro, profundamente, pela colaboração que vem prestando ao Governo e ao País.

Agradeço ao Seligman, que tem sido, como vocês todos são testemunhas, um Presidente eficaz, competente, do Incra. Mas eu queria agradecer também aos funcionários do Incra. O Incra é uma instituição que é vista, em geral, como se fosse inoperante, um entrave. Bom, é preciso rever esse conceito. Quer dizer, uma instituição que consegue, hoje, assentar nessa proporção; que fará em 4 anos mais do que se fez em 30; que está assentando, por mês, o equivalente ao que se fazia quase que por ano, não pode ser considerada uma instituição ineficaz.

É possível que tenha havido momentos de dificuldade. É possível que tenha havido desatenção por parte dos governos e da própria sociedade. É possível que, em certos momentos, a politização tenha sido muito avançada. O processo democrático é assim mesmo. É possível que tenha havido corrupção, certamente. Mas nós não podemos continuar avaliando essa instituição, no seu conjunto, por essas características, que, aliás, não são exclusivas do Incra. E hoje é um dia em que, ao mesmo tempo que estamos celebrando 80.000 famílias assentadas – este ano, mais de 80.000 –, acho justo dizer que também estamos celebrando um novo Incra, um Incra que está renascendo, está crente nele próprio e acredita que é possível fazer as coisas.

E isso não se dá por acaso. Isso se dá porque a sociedade deseja, porque os movimentos sociais existem e são muito importantes. Não se deve esquecer nunca que, se não fossem os movimentos sociais, pouco haveria a velocidade que hoje existe.

Isso foi possível porque o Governo prestou mais atenção às questões da reforma agrária e do Incra. Como disse o Ministro, os recursos existiram. Este ano houve recursos, não houve nenhum momento em que faltassem recursos. Houve condições que permitiram ao Incra renascer.

Então, meus votos são de que não apenas o ano que vem nós assentemos o que está programado – e nós, certamente, o faremos –, mas que o Incra se reforce mais e mais.

E, como nós já teremos, até lá, a reforma administrativa aprovada, eu acho que vamos ter uma boa oportunidade, não para fazer uma reforma para perseguir, que é uma coisa que está fora do meu horizonte, mas fazer uma reforma para dar mais dignidade, mais competência, mais eficiência ao Incra. E aí eu creio que todos nós, juntos, vamos fazer aquilo que é importante: é cada vez mais ter famílias assentadas, e com os aplausos da Nação, a começar pelo Congresso. Mas, mais significativamente, com a percepção do País de que nós estamos acabando, como tenho repetido aqui, com aquilo que é equivalente ao que Nabuco chamava “a nódoa do Brasil”, que era a escravidão. A nódoa atual nossa, a mancha da nossa sociedade é a exclusão. Vocês são peça fundamental para que nós possamos acabar com a exclusão social no Brasil e, mais e mais, integrar todos os brasileiros e as brasileiras no mesmo espírito democrático, de uma sociedade capaz de oferecer meios de vida digna a seus filhos.

Muito obrigado.